

EMBRANQUECIMENTO CULTURAL E A PROBLEMÁTICA DA AUTODECLARACAO NO INGRESSO DAS COTAS RACIAIS

**JOSÉ RESENDE JÚNIOR¹; ELÍSIA GABRIELA CARDOSO²; ALESSANDRA
GASPAROTTO³**

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – jresendej@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – cardosoelisia@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – sanagasperotto@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

“Muitos pesquisadores identificaram o branco como representante da humanidade e da cidadania” (HASENBALG, 1979 – pág. 93; NEGRÃO, 1986 – pág. 94; ROSENBERG, 1980; SILVA, 1995), isto, em função da representatividade social, hierárquica e etnocêntrica, que os mesmos alicerçaram ao longo de sua história. Preocupados em manter a hegemonia econômica e política, essa “tática” serviu tão bem ao interesse branco que, até hoje, quaisquer que sejam as representações na mídia, nos livros didáticos, literários, etc, as figuras são, predominantemente, brancas. O que prova a cristalização dessa ideia de supremacia é o fato de ser socialmente naturalizado, seja pelos brancos ou pelos próprios grupos subordinados. Inclusive, este estado de inconsciência é uma das formas com que o racismo age dentro da sociedade brasileira, através de mecanismos indiretos de segregação.

O conceito de branquitude, expresso por Bertulio (2012), ajuda a constituir e reforçar perspectivas etnocêntricas na produção do conhecimento dentro do ensino superior, o que conserva o embranquecimento cultural e a perpetuação de discursos racistas ainda que inconscientes e indiretos. Conforme Carvalho, “99% dos professores das universidades públicas são brancos [...] Vivendo, portanto em um *apartheid* real, ainda que não legal, segregado (2014, pág. 30)”. O modelo elitista, proposto no discurso, que vai na contramão das políticas de ações afirmativas, dificulta a construção de uma identidade cultural e um empoderamento por parte desses grupos historicamente excluídos, impedindo, por exemplo, um indivíduo pardo de entender-se como negro, corroborando ainda, para a falsa democracia racial,

visto que esse “clareamento”, ao invés de ser entendido como racismo, se “justifica” frente à pluralidade étnica do país.

Portanto, o objetivo deste texto, que se insere em um projeto de extensão financiado pelo PROEXT, denominado Cotas: um diálogo afirmativo entre escola e universidade, é avaliar o ingresso através da política de cotas, debatendo o embranquecimento cultural, e como ele atinge o acesso pelas subcotas raciais, principalmente na concepção da figura do pardo e sua própria compreensão identitária.

2. METODOLOGIA

Análise das pesquisas protagonizadas pelo NUAAD/CAPE UFPel (Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade/Coordenação de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis) desde os primeiros meses de 2016, que consistiu em um processo de levantamento de dados que objetivara constituir uma metodologia que, posteriormente, junto a outros órgãos e pesquisadores possa estabelecer informações detalhadas e um acompanhamento melhor dos alunos cotistas, a fim de cobrir possíveis fragilidades e entender os diversos perfis dos mesmos.

Atrelado à proposta, o Projeto Cotas, amplia este debate para além do ambiente universitário, elucidando questões étnicas, de reparação histórica, direitos humanos e ingresso na universidade, justamente, para um público, em maioria, socioeconomicamente frágil. Deste modo, também possibilita de grupos de diferentes vertentes de movimentos sociais tenham espaço para discutir e apresentar suas impressões acerca das temáticas que os mobilizam. Ainda, está presente nas rodas de conversas que contemplam o tema da diversidade cultural e, principalmente, na construção da abordagem cultural proposta pela Lei.11.645/2008 do ensino das culturas indígenas e afro brasileiras em núcleos de estudos especiais, a exemplo do NEABI (Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas); formando uma espécie de ponte com o social, permitindo assim, que os conhecimentos/experiências externas, agreguem e moldem o conhecimento acadêmico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise dos dados levantados pela CAPE, referente ao ingresso de cotistas, têm-se resultados em base de reserva de vagas e vagas ocupadas. A esmagadora maioria dos estudantes busca ingressar na universidade pelo acesso à cota de estudante de escola pública com renda livre (L3), seguida da cota para estudante de escola pública com renda per capita de até 1,5 salários mínimos (NUNES, 2016); Tendo assim, a baixa procura pelas subcotas com recorte étnico racial. Pelos dados levantados pela pesquisa da CAPE no ingresso de 2016 da UFPel, na área das Ciências Agrárias e Biológicas: para 37 vagas reservadas, 47 foram as vagas ocupadas, ou seja 127% na modalidade L3 que dessa forma, excede o número de vagas reservadas na mesma vaga, em função do remanejo de vagas das outras modalidade e mesmo da Ampla Concorrência. As subcotas étnico/raciais tem maior representatividade na área das Ciências Humanas com 63% na relação reserva/vagas L2 ocupadas, ainda assim perde por uma diferença menor da L3 com 65%, compreendendo os cursos considerados de menor prestígio social.

A UFPel até o primeiro semestre de 2016 não tinha uma forma de análise da autodeclaração étnica. Dessa forma, foi-se criada uma comissão avaliadora, formada por órgãos da universidade, estudantes e militantes dos movimentos sociais negros que compõem uma mesa de análise dos futuros ingressantes pelas subcotas raciais. Assim, com embasamento teórico, experiências vivenciadas e análise do memorial dos estudantes a comissão apresenta sua posição sobre a autodeclaração, estabelecendo o entendimento sobre o que a universidade entende por preto, pardo e indígena. Sem resultados oficiais, mas com o próximo acompanhamento a esse trabalho, pôde-se notar superficialmente, que no último processo, predominantemente nos cursos de maior concorrência e prestígio social, houve uma densa tentativa de não-negros e não-indígenas de ocupar as vagas específicas, devido a nota de corte ser, simbolicamente, menor.

4. CONCLUSÕES

Os resultados breves trazem para contemporaneidade da sociedade brasileira uma problemática que vem sendo ocultada e explodiu nas últimas

décadas. A identidade negra e a representatividade, a necessidade das políticas de incentivo às culturas que vão constituir essa identidade, bem como o fato da dificuldade do negro em estabelecer sua negritude, atrapalhando o acesso às políticas que pressupõem uma reparação histórica e uma consolidação de seus direitos.

A população negra deve ocupar os espaços elitizados, ser então a protagonista e narradora de sua própria história, trazer novas perspectivas e expor as diversas formas de saberes que permeiam a sociedade brasileira. Resistir ao embranquecimento cultural e entender como o racismo se articula. Vigiar a aplicação dessas leis e estar presente em sua consolidação, porque as políticas de ações afirmativas são, também, frutos de luta e resistência dos movimentos sociais e da juventude negra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, Evandro C.Piza; BERTULIO, Dora Lúcia de Lima. **Identificação de beneficiários em programas de inclusão: a construção de modelos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.
- NUNES, Georgina Helena Lima. Políticas de Ações Afirmativas: o balanço da década. In: SILVEIRA, Marta I.C Messias; BIANCHI, Paula. **Núcleo Interdisciplinar de Educação: Articulações e contextos e saberes nos (per)cursos de licenciatura da Unipampa** Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.
- NUNES, Georgina Helena Lima. **Universidade Federal de Pelotas e o processo afirmativo da inclusão étnico-racial no acesso e permanência ao ensino superior: primeiras reflexões**. Pelotas, 2016.
- SANTOS, Sales Augusto dos. **O sistema de cotas para negros da UnB: um balanço da primeira geração**. S.Paulo: Paco Editorial, 2015.
- SILVA, Ana Célia. **Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade**. EdUFBa, 2007.
- Ministério da educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.